

NOVO GOVERNO

“Kit ministro” para orientar escolhidos

Rui Costa diz que futuros titulares de pastas receberão organograma para pautar atuação. Ele sustenta que Esplanada turbinada, com 37 ministérios, não elevará custos

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES

A estrutura ministerial da gestão Lula terá com 37 pastas. O conselho político do novo governo reuniu-se, ontem, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) para discutir, além da PEC da Transição, a composição da Esplanada a partir de janeiro. O número é bem maior do que o da configuração atual, que tem 23.

“Uma composição de ministérios passa por muito diálogo, com muitos atores. Serão 37. Serão 90% da composição de cargos de 2010”, afirmou a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), após o encontro.

Segundo o futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa, o presidente eleito deve anunciar novos ministros ainda nesta semana. “Diria que a grande maioria, ou quase a totalidade, ele já tem definido. Está esperando uma oportunidade adequada para fazer o anúncio”, disse.

Até o momento, apenas sete nomes foram divulgados: Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Relações Exteriores), José Múcio (Defesa), Rui Costa, Flávio Dino (Justiça e Segurança), Margareth Menezes (Cultura) e Camilo Santana (Educação).

Questionada sobre a demora no anúncio dos outros nomes, Eliziane Gama ressaltou que a composição do novo governo requer mais articulação. “O presidente Lula não ganhou só com um ou dois partidos, na verdade, foram 10. Chegaram mais dois no segundo turno, e agora são mais dois. Então, são 14. É uma engenharia que não é muito simples”, explicou.

A lista prévia das pastas, divulgada ontem, confirma algumas sugestões debatidas pelos GTs da transição. O atual Ministério da Economia, por exemplo, será desmembrado em quatro: Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, e Gestão e Inovação. O do Trabalho, em dois: Trabalho e Previdência. Infraestrutura, por sua vez, vira Portos e Aeroportos, e Transportes.

A relação inclui, ainda, órgãos que têm ou retomarão o status de ministério, como a Advocacia-Geral da União (AGU), a Secretaria de Comunicação da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Rui Costa destacou que as pastas foram desenhadas de modo a não elevar as despesas e sem a criação de cargos, exceto a de ministros. “Vai ter o mesmo custo. A delegação que Lula me deu foi para ampliar 37 ministérios sem elevar o custo.

Reprodução/Twitter



Ex-governador do Ceará e senador eleito, Camilo Santana aceitou comandar a pasta da Educação

Novo desenho da Esplanada

Veja a lista das pastas

- » Casa Civil
- » Secretaria-Geral da Presidência
- » Relações Institucionais
- » Gabinete de Segurança Institucional (GSI)
- » Secretaria de Comunicação
- » Advocacia-Geral da União (AGU)
- » Controladoria-Geral da União (CGU)
- » Ministério da Ciência e Tecnologia
- » Ministério da Cultura
- » Ministério da Defesa
- » Ministério da Fazenda
- » Ministério do Planejamento
- » Ministério da Gestão e Inovação
- » Ministério da Indústria e Comércio
- » Ministério da Educação
- » Ministério da Igualdade Racial
- » Ministério da Integração e Desenvolvimento
- » Ministério da Justiça e Segurança

- » Ministério da Agricultura e Pecuária
- » Ministério da Pesca
- » Ministério da Previdência
- » Ministério das Cidades
- » Ministério da Saúde
- » Ministério das Comunicações
- » Ministério de Minas e Energia
- » Ministério das Mulheres
- » Ministério de Portos e Aeroportos
- » Ministério do Desenvolvimento Agrário
- » Ministério do Turismo
- » Ministério dos Direitos Humanos
- » Ministério dos Povos Indígenas
- » Ministério dos Transportes
- » Ministério dos Esportes
- » Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
- » Ministério do Meio Ambiente
- » Ministério do Trabalho
- » Ministério das Relações Internacionais

Apesar de alguns duvidarem disso, nós conseguimos fazer. Quero dar a boa notícia: isso já está concluído e está feito sem haver criação de cargos”, sustentou. “Fora o cargo dos ministros, toda estrutura foi feita a partir do remanejamento das estruturas existentes.” Segundo ele, cada um dos nomeados receberá um “kit ministro”, com o organograma da pasta e tudo o que precisar para atuar após a posse.

Educação

Em reunião na noite de segunda, Lula bateu o martelo sobre o Ministério da Educação. Resolveu nomear o senador eleito Camilo Santana (PT-CE). Também ficou definido que a atual governadora do estado, Izolda Cela (sem partido), assumirá a Secretaria de Educação Básica da pasta.

A governadora era cotada para assumir o ministério, mas esbarrou na resistência de ala do



A delegação que Lula me deu foi para ampliar 37 ministérios sem elevar o custo. Apesar de alguns duvidarem disso, nós conseguimos fazer. Fora o cargo dos ministros, toda estrutura foi feita a partir do remanejamento das estruturas existentes”

Rui Costa, futuro ministro da Casa Civil

PT que insiste em manter a Educação sob o controle do partido. A gestora era do PDT, mas, nas eleições, rompeu com a legenda após o anúncio de Roberto Cláudio como o candidato da sigla a governador. A decisão resultou no rompimento da aliança entre PT e PDT no estado.

Santana governou o Ceará entre 2015 e 2022, deixando o cargo em abril para disputar as eleições ao Senado. Cela, sua vice, assumiu o posto.

Valter Campanato/Agência Brasil



Dino sobre PF: “Teremos alocação de recursos humanos mais eficiente”

da PF, Andrei Rodrigues, Dino anunciou o advogado Augusto Botelho como secretário nacional de Justiça e os nomes dos novos integrantes da diretoria da PF, incluindo a Diretoria de

Inteligência, a ser comandada pelo delegado Rodrigo Fernandes, que investigou a facada sofrida pelo presidente Jair Bolsonaro e concluiu que o autor, Adélio Bispo, agiu sozinho.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Do iliberalismo de Bolsonaro à partidocracia do Centrão

Nas negociações em curso no Congresso para a aprovação da PEC da Transição, corremos o risco de pular da banha quente da frigdeira para cair na panela com água fervendo. Explíco: interromper o curso do projeto iliberal do presidente Jair Bolsonaro, porém ser aprisionado por uma partidocracia comandada pelo Centrão. Duas decisões judiciais tentaram interromper esse processo, aquela na qual o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de 6 a 5, aprovou o parecer de sua presidente, ministra Rosa Weber, e considerou inconstitucional o chamado orçamento secreto; e a liminar do ministro Gilmar Mendes que possibilita a edição de medida provisória extraordinária para a concessão do Bolsa Família no valor R\$ 600 e mais R\$ 150 por criança de até seis anos.

Entretanto, as duas decisões serviram para acelerar a aprovação da PEC. As do Supremo representaram uma invertida no todo-poderoso presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que estava chantageando o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para que o relator da PEC, deputado Elmar Nascimento (União-BA), fosse nomeado ministro da Saúde. Mas há mais coisas entre o céu e a terra do que os aviões de carreira, como diria o humorista Barão de Itararé. O pacto perverso, fisiológico e provinciano do colégio de líderes com Lira falou mais alto. A própria bancada do PT, que se antecipou ao presidente eleito no apoio à reeleição de Lira, foi uma das forças interessadas em manter a PEC e aprová-la a toque de caixa. Negociaram um pagamento extra de R\$ 16,3 milhões em emendas parlamentares para cada deputado e senador em troca da aprovação da PEC.

O empoderamento do Congresso durante o governo Bolsonaro, do ponto de vista do Orçamento da União, era funcional para o governo que se encerra, porque não havia programa de desenvolvimento. O eixo do governo era desmonte das políticas públicas universalistas e o retrocesso institucional. Por que se preocupar com as emendas, se a reeleição permitiria a venda da Petrobras e outras estatais para fazer caixa e daria a Bolsonaro, com a adoção de um regime iliberal, o poder de recorrer aos instrumentos de coerção do Estado para intimidar, não somente a oposição, mas o próprio Congresso? Agora, com a eleição de Lula, a situação é outra no Executivo; porém, teremos um Parlamento ainda mais fisiológico e conservador a partir do próximo ano.

O perigo nessa conjuntura é a consolidação da partidocracia em formação no Congresso, sob a hegemonia do Centrão e a liderança de Lira. Esse fenômeno surgiu com a formação de grandes legendas de massa e se consolidou na década de 70, em alguns países da Europa, que adotaram o financiamento público da política. Isso fortaleceu os principais líderes das siglas e sua burocracia, porém a participação da sociedade civil na vida política foi progressivamente bloqueada, a começar pelos próprios partidos. O fortalecimento da partidocracia se dá quando os recursos do financiamento público são gerenciados sem orçamento e controle público, sem critérios justos de distribuição dos recursos entre seus diretórios e candidatos.

Além disso, o fortalecimento do poder financeiro das cúpulas partidárias, em detrimento da difusão de sua política e incorporação da sociedade às suas atividades, também se dá por meio da distribuição de funções remuneradas e da ocupação de cargos públicos. Isso leva à formação de profissionais da política que se mantêm por si mesmo, que vivem da política, e não para a política, como Max Weber havia previsto na sua célebre palestra A política como vocação, na Universidade de Munique, em 1919. Num país de forte tradição patrimonialista, uma herança do nosso passado colonial e escravocrata, onde velhas oligarquias ainda têm grande peso no Parlamento, o resultado desse fenômeno é o distanciamento do Congresso das instituições da sociedade e a ojeriza do cidadão comum à política, aos partidos e a seus políticos de forma generalizada.

Desde 2013, existe um conflito latente entre o mundo da política e a vida real dos cidadãos, que se traduziu em grandes manifestações e na contestação geral ao nosso sistema político-partidário. Como não é um privilégio do Brasil, em todos os países, esse conflito tem resultado no fortalecimento da extrema direita e dos projetos iliberais. Bolsonaro perdeu o poder e o apoio momentâneo do Centrão, mas ninguém deve se iludir quanto à força que ainda tem na opinião pública e numa base eleitoral que se articula pelas redes sociais. Quando uma pesquisa mostra que 32% dos eleitores são a favor de uma intervenção militar, não estão só os malucos e fanáticos que tentam contato com extraterrestres, adoram pneus e rezam ajoelhado na chuva à porta dos quartéis, sem medo de raios e trovoadas.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se equilibra numa corda bamba, embora tenha a legitimidade da eleição e o poder concentrado do governo nas mãos. O seu problema agora é a captura do PT pela lógica da partidocracia, como ocorreu no mensalão e nos escândalos da Petrobras, e que levou Lula à prisão. Como lidar com a força do Centrão sem ser traído, como negociar com o Arthur Lira sem fazer concessões que possam comprometer o sucesso do próprio governo? Não será com um orçamento que inviabiliza programas de investimentos e as prioridades do governo. O que está se decidindo agora, na largada do novo governo, é estratégico. Pode levar Lula ao sucesso ou ao desastre.

Dino anuncia novo diretor da PRF

» HENRIQUE LESSA

Futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB-MA) afirmou que não há espaço fiscal para concurso da Polícia Federal em 2023, mas antecipou que a corporação será modernizada e fortalecida com a criação de uma nova estrutura.

Na coletiva de imprensa, Dino também anunciou que Edmar Camata será diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O policial é, atualmente, o secretário de Estado de Controle e Transparência do Governo do Espírito Santo.

Dino afirmou ter total confiança no cumprimento das atribuições das forças de

segurança. “Acreditamos que nenhum servidor efetivo da Polícia Federal, ou das Forças Armadas, ou da Polícia Rodoviária Federal vai deixar de cumprir seus deveres, porque ninguém vai pedir favor, é dever, é obrigação prover a segurança para a população, garantir a ordem pública e a integridade do novo governo. Temos certeza de que isso vai ocorrer”, enfatizou.

Quanto à atuação da PRF no segundo turno das eleições — fez uma série de fiscalizações que dificultou o acesso de eleitores às seções, especialmente no Nordeste, resíduo de Lula —, o futuro ministro frisou que os fatos serão alvo de investigação.

Ao lado do futuro diretor-geral